



CONFIGURAÇÃO FAMILIAR, PERCEÇÃO DE FUNCIONAMENTO FAMILIAR E AUTOCONCEITO ADOLESCENTE

Estudo exploratório sobre a perceção de funcionamento familiar e autoconceito do filho adolescente em famílias nucleares intactas, monoparentais, reconstituídas e alargadas

INÊS ISABEL JORGE DE ALMEIDA

Dissertação Apresentada ao ISMT para a Obtenção do Grau de Mestre em Psicologia Clínica

Ramo de Especialização em Psicoterapia e Psicologia Clínica

Orientadora: Professora Doutora Joana Sequeira

Coimbra, novembro de 2014

Agradecimentos

Esta dissertação de mestrado representa o incessante esforço de desenvolvimento pessoal e académico, que foi possível dada a conjugação de uma pluralidade de esforços que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a sua realização. Os agradecimentos que se seguem são um tributo insuficiente que, no entanto, merecem aqui ser reconhecidos.

À minha orientadora, Professora Doutora Joana Sequeira, por toda a disponibilidade e dedicação constante, por todas as suas palavras de sabedoria, orientação e motivação.

Ao agrupamento de escolas Rainha Santa Isabel, em especial à Doutora Joana Minderico, por toda a cooperação prestada.

Às famílias participantes, que deram azo à investigação, pois sem elas nada disto seria concretizável.

À minha família, especialmente aos meus pais e irmão, por tudo o que representam e me fazem representar, pelo porto de abrigo e amor incondicional sempre concedidos, pelas palavras de força e olhar de orgulho que em todos os momentos me transmitem.

Ao Guilherme, pela sincera dedicação e carinho, pelo infindável apoio e palavras constantes de incentivo, tão imprescindíveis ao longo deste projeto.

Resumo

Tendo em conta as alterações que se observam atualmente na estrutura e nas configurações familiares, tem sido questionado o impacto que estas alterações têm no funcionamento da família e no autoconceito dos adolescentes. O presente estudo tem como objetivo analisar como se relacionam, em distintas configurações familiares, a percepção dos adolescentes e seus pais sobre o tipo de funcionamento familiar e o autoconceito dos filhos adolescentes.

Participaram neste estudo 70 agregados familiares, representados por 70 filhos adolescentes, 67 mães e 40 pais. Foi aplicada a Escala de Avaliação da Adaptabilidade e Coesão Familiar II (FACES II) à díade parental e ao filho para avaliar a percepção de funcionamento familiar e a Piers-Harris Children's Self-Concept Scale 2 (PHCSCS-2) para avaliar o autoconceito dos filhos adolescentes.

Não foram observadas diferenças estatisticamente significativas nas configurações familiares face ao funcionamento familiar percebido, à exceção da percepção de funcionamento familiar do adolescente que é em regra mais negativa do que a dos pais. No entanto, as famílias nucleares intactas revelaram scores de coesão e adaptabilidade médios mais satisfatórios comparativamente com as famílias de outras configurações (incluem-se as monoparentais, as reconstituídas e as alargadas). O autoconceito parece variar nas várias configurações familiares, sendo que são os adolescentes das famílias nucleares intactas que têm percepção de autoconceito superior. Constatou-se, ainda, a existência de associação entre a percepção de funcionamento familiar e o autoconceito do adolescente, no sentido em que quanto mais funcional a família se percebe, melhor o autoconceito do filho adolescente.

Realça-se a pertinência de promoção de intervenções no sentido de potenciar a resiliência individual e familiar perante as adversidades, nomeadamente, as transições familiares.

Palavras-chave: Adolescência, Configuração Familiar, Funcionamento Familiar, Autoconceito.

Abstract

Bearing in mind the current changes in family structures and configurations, questions have been raised as to how these changes have impacted on the functioning of families and on the adolescents' self-concept. The aim of this study is to examine how the perception that adolescents and their parents, as part of different family configurations, have on the type of family functioning relates to the self-concept of adolescents or adolescent children.

This study involved 70 households represented by 70 adolescents, 67 mothers and 40 fathers. We applied the Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scale II (FACES II) to the combination parent and child to assess the perception of family functioning, and the Piers-Harris Children's Self-Concept Scale 2 (PHCSCS-2) to assess the self-concept of adolescents.

No statistically significant differences were observed in the family configurations based on the perceived family functioning, with the exception to how the adolescent perceives the family functioning, which is usually more negative than that of the parents. Nevertheless, the average cohesion and adaptability scores of the unbroken nuclear families were more satisfactory compared to those of families with different configurations (that includes single parent families, reconstituted families, and extended families). The self-concept seems to vary in the different family configurations, with adolescents from unbroken nuclear families having a higher self-concept perception. It also became evident that there was an association between the perceived family functioning and the self-concept of the adolescent, in the sense that the more the family perceives itself as being functional, the better the self-concept of the adolescents.

This study stresses the relevance of promoting interventions to encourage individual and family resilience to respond to adversities, in particular family transformations.

Keywords: Adolescence, Family Configuration, Family Functioning, Self-concept.

“Família é contexto natural para crescer. Família é complexidade. Família é teia de laços sanguíneos e, sobretudo, de laços afetivos. Família gera amor, gera sofrimento. A família vive-se. Conhece-se. Reconhece-se.”

(Relvas, 1996, p. 9)

Introdução

A família é um sistema determinante para o desenvolvimento do ser humano. A perspectiva sistémica conceptualiza a família como “um sistema, um todo, uma globalidade” que se constrói progressivamente com o tempo e que supõe um conjunto mudanças estruturais, funcionais e interacionais na sua evolução (Relvas, 1996, p.12). Implica relações caracterizadas por influência direta, recíproca, intensa e duradoura entre os seus membros e, compreende a passagem de valores, cultura e comportamentos que moldam a relação do indivíduo com a sociedade e fundamentam o seu *self* (Alarcão, 2002; Gimeno, 2001; Oliveira, Siqueira, Aglio & Lopes, 2008). Neste contexto, a família permite a promoção de uma identidade sustentada por uma história familiar idiossincrática e assumida por relações e emoções independentes de vínculos biológicos. É um sistema dinâmico submetido a regras, que opera através de padrões transacionais que são constantemente ativados aquando a interação entre membros do sistema propondo, assim, padrões, papéis e previsibilidade no mesmo (Alarcão, 2002; Nichols, 2012; Relvas, 2000; Wagner, 2011).

O processo de construção do sistema familiar considera-se longo, complexo e em permanente transformação, o que implica flexibilidade perante as exigências internas e externas que vai enfrentando ao longo do seu desenvolvimento, ou seja, capacidade de atender a novas circunstâncias e resolver crises sem que a continuidade, coerência, valores, coesão, funções e identidade da família sejam postas em causa (Alarcão & Gaspar, 2007; Alarcão, 2002; Minuchin, 1982; Relvas, 2000; Sampaio & Gameiro, 1992).

Certo que, falar de família, implica falar de mudança. Nas últimas décadas, o conceito família tem vindo a alterar e ampliar-se, a sofrer modificações significativas, quer no âmbito estrutural e funcional quer nas relações interpessoais e valores, em virtude das transformações de carácter social, económico, cultural e religioso que se processaram nas últimas décadas. A democratização da sociedade, a igualdade e integração progressiva da mulher no mercado de trabalho, o individualismo, a solidão nas grandes cidades, a valorização do amor romântico e da sexualidade, a redução da influência de normas religiosas e, conseqüentemente, a aceitação do divórcio, da coabitação, do recasamento, da homossexualidade e da reprodução assistida são aspetos que estão envolvidos na mudança do padrão de conjugalidade estão associados ao aparecimento de novas configurações e à necessidade de repensar o conceito de família (Aboim, 2006; Barker, 2000; Gimeno, 2001; Relvas, 1996; Sousa, 2006; Williams, 2010).

Para alguns investigadores a família atual parece estar em crise, para outros em desagregação contínua e, ainda para muitos, em plena transformação. Muitos vêm a fragmentação da família tradicional como destruição básica da sociedade e fator de contribuição para uma vasta gama de problemas sociais e individuais. Outros consideram a diversidade familiar como possibilidade de escolha, novas oportunidades de realização e de satisfação.

A família, enquanto instituição integrante de uma sociedade em profunda metamorfose, redesenha-se, apesar de se manter família (Barker, 2000). Deste modo, a família contemporânea alicerça-se para além de fatores biológicos e legais, encontrando-se focada na valorização da fraternidade, companheirismo e de laços de afeto (Wagner, 2011; Oliveira, Siqueira, Aglio & Lopes, 2008; Relvas & Alarcão, 2002). Com efeito, a família assume diferentes configurações estruturais e relacionais que dificultam a elaboração de um conceito único que contemple as diferentes realidades. Nesta ordem de ideias, a caracterização da família tem que ir para além de questões de sangue como reconhece a Organização Mundial de Saúde que declara que “o conceito de família não pode ser limitado a laços de sangue, casamento, parceria sexual ou adoção. Qualquer grupo cujas suas ligações sejam baseadas na confiança, suporte mútuo e um destino comum, deve ser encarado como família” (Organização Mundial de Saúde, 1994, citado por Alarcão, 2002, p.204).

As novas forma de família tendem a assumir maior representatividade, ainda que sempre tenham existido. Consideramos, hoje, diversas configurações familiares como as famílias nucleares intactas, as famílias monoparentais, as famílias reconstituídas e as famílias alargadas, as mesmas em foco na presente investigação. De acordo com Osório (2002), estas várias formas de família referem-se aos indivíduos que constituem a família e à forma como estão organizados e como se relacionam, concretizando-se nos papéis, estatutos, finalidades, objetivos e na forma como os subsistemas funcionam (Relvas, 1996; Alarcão, 2002).

Segundo a Base de Dados de Portugal Contemporâneo, num estudo de agregados domésticos privados, no espaço de dez anos (2003 a 2013) o total de famílias sofreu um acréscimo de 3.676.104 para 4.007.097. Os casais com filhos sofreram uma diminuição de 1.576.816 para 1.449.497, as famílias monoparentais tiveram um crescimento notável de 280.342 para 413.951, sendo que outros tipos de configuração (incluem-se famílias com um indivíduo, casal sem filhos e outros) observaram um acréscimo de 1.824.840 para 2.143.650 famílias (PORDATA, 2014).

A família desenvolve-se no tempo e no espaço e, como tal, tem subjacente “uma sequência previsível de transformações em função do cumprimento de tarefas bem definidas;

a essa sequência dá-se o nome de ciclo vital e essas tarefas caracterizam as suas etapas” (Relvas, 2006, p.16). Por conseguinte, o ciclo vital corresponde ao caminho que a família percorre desde que nasce até que morre, que engloba características desenvolvimentais dos sujeitos e a relação entre os subsistemas e os contextos externos em que a família se insere revelando, assim, dificuldades e potencialidades ao longo da sua evolução (Grammer & Cabié, 1999; Sousa, 2006).

No presente estudo utilizar-se-á a proposta de ciclo vital da família de Relvas (1996) organizada em 5 etapas: formação do casal, família com filhos pequenos, família com filhos na escola, família com filhos adolescentes e a família com filhos adultos. Esta nomenclatura é baseada na classificação de autores como Minuchin e Fishman, que defendem uma posição mais estrutural/global e Duvall, Hill e Rogers que apresentam uma posição mais individualista (Alarcão, 2002; Relvas, 1996). Note-se que a conceptualização do ciclo vital da família está fundamentada no modelo tradicional familiar de família nuclear intacta e tem como referência para marcação das etapas a idade do filho mais velho.

Destaca-se a etapa em foco no presente estudo, família com filhos adolescentes. Esta é considerada por Alarcão (2002, p.167) como “a etapa mais longa e mais difícil do ciclo vital, na medida em que exige um permanente equilíbrio entre as exigências do sistema familiar e as aspirações de cada membro da família”. Com início na entrada do filho mais velho na adolescência, por volta dos 12 anos de idade, esta transição é sentida como uma perda para a família, a perda da criança que já não depende dos cuidadores como até então (McGoldrick & Carter, 2001).

É impossível pensar nesta etapa sem a encarar como um período de grandes mudanças em quase todas as dimensões da família, do adolescente e da interação com o exterior em virtude do desenvolvimento individual e das repercussões na dinâmica familiar, o que implica sucessivas alterações ao nível físico, cognitivo e psicossocial e obrigada à procura de um novo equilíbrio (Alarcão, 2002; Fleming, 2005; McGoldrick & Carter, 2001; Papalia, Olds & Feldman, 2001; Steinberg & Silk, 2002). A família promove tarefas específicas, nomeadamente alterações na estrutura, fronteiras mais permeáveis, acentua a orientação centrífuga do sistema e o alargamento de espaços individuais, no sentido de impulsionar a autonomia e fomentar a identidade do adolescente, sem que isso conduza à fragmentação do espaço grupal, que embora redefinido, deve ser reforçado na sua coesão (Relvas, 1996).

Esta necessidade emergente de reorganização das relações e dinâmicas familiares impõe aos pais uma redefinição da sua parentalidade, leva também a equacionar mais intensamente a conjugalidade e a refletir as orientações e escolhas ao longo do tempo. Pode

ocorrer em simultâneo com o início do acompanhamento e apoio às gerações mais velhas, circunstância ampliada nas famílias alargadas (Grammer & Cabié, 1999; McGoldrick & Carter, 2001). A gestão da relação da díade parental com o filho constitui-se um desafio que pode implicar posições ambivalentes: por um lado, o sistema parental não tenciona ceder a sua posição executiva/ autoridade na família, por outro deve facilitar o processo de negociação e flexibilização de regras familiares e de abertura ao exterior, no sentido de proporcionar a socialização, a separação e a autonomia do adolescente (Alarcão, 2002; Grammer & Cabié, 1999; McGoldrick & Carter, 2001).

Apesar da multiplicidade de configurações e de mudanças que a família pode sofrer ao longo do tempo, a estabilidade familiar tem uma forte influência nos processos desenvolvimentais do adolescente. Como tal, a imprevisibilidade familiar, seja ela provocada por mudanças no estado de união do casal e/ou por exposição a constantes riscos e adversidades, pode comprometer o desenvolvimento do adolescente (Fomby & Sennott, 2013; Priosle, Cruz & Narciso, 2010).

Implícitas à imprevisibilidade familiar, em virtude da mudança da condição de conjugalidade, estão alterações na estrutura e na dinâmica familiar que implicam a reorganização ou construção de novos papéis e padrões de relacionamento, mais fluidos e negociados o que não provoca, necessariamente, maior probabilidade de disfunção (Williams, 2010). Neste contexto, torna-se inevitável falar das novas formas de famílias e equacionar as suas potencialidades e as dificuldades acrescidas e/ou específicas.

A coesão e a adaptabilidade familiar têm sido consideradas dois construtos fundamentais no funcionamento da família, sendo a coesão definida como a ligação emocional que se estabelece entre os membros de uma família e, a adaptabilidade como a capacidade do sistema familiar mudar a sua estrutura de poder, as regras e o papel das relações em resposta a uma situação de stress situacional e de desenvolvimento (Olson, 2000). As novas formas de família têm sido vistas como potencialmente mais problemáticas quanto ao seu funcionamento e capacidade adaptativa.

As famílias reconstituídas são constituídas por elementos que já pertenceram a outra(s) família(s) (Alarcão, 2002; McGoldrick & Carter, 2001). Por norma, a família de “segundo casamento”, surge após uma experiência de viuvez ou de dissolução amorosa e alicerça-se do mesmo modo que a família tradicional, mostrando-se estruturada em regras, papéis, rituais e tradições (Alarcão & Relvas, 2002; Alarcão, 2002; Van Cutsem, 2001). Nestas famílias, as dificuldades emergem do casal, da díade parental e dos filhos. A par da construção de uma nova conjugalidade, ocorre a construção de uma nova parentalidade e

identidade familiar. Se por um lado, a entrada de novo(s) membros(s) na família pode ser vista como ameaçadora da coesão/ união familiar e causadora de fontes de conflitos, por outro lado pode ser vista como um suporte emocional e melhoria da supervisão parental (Kellam, Ensminger & Turner, 1977; Turunen, 2013). É necessária mas complexa, a adaptação da nova família às regras, dinâmicas e funcionamento familiar, o que implica tempo e esforço (Andolfi, 2002; McGoldrick & Carter, 2001; Minuchin, 1982).

O equilíbrio entre a parentalidade biológica, a parentalidade adquirida e compartilhada e a recente conjugalidade revela-se, para estas famílias, um verdadeiro desafio (Pinto & Chalhub, 2005). McGoldrick e Carter (2001) defendem que muitas das dificuldades podem ser atribuídas à tentativa de utilizar como orientação para este novo projeto, os papéis e normas dos primeiros casamentos. Também Guerreiro, Torres e Lobo (2007) defendem que a frequente centração na parentalidade em detrimento da conjugalidade, aspeto constante, constitui um risco de repetição do modelo da família nuclear anterior. Segundo Pinto e Chalhub (2005) a complexidade é aumentada, pois não só há influência das famílias de origem e das histórias pessoais, como também de experiências prévias de vida familiar, bem como uma necessidade acrescida de harmonizar a educação e o desenvolvimento filial.

Alarcão (2002) evidencia outros fatores que dificultam a construção da nova família: a coexistência de várias etapas do ciclo vital com necessidades antagónicas, a etapa da formação do casal que pressupõe um fecho ao exterior concomitante com, por exemplo, a etapa da família com filhos adolescentes que implica a abertura da família; o estabelecimento e aceitação de uma nova parentalidade, novos padrões de relações e de regras de funcionamento associadas à comparação com a família anterior; as lealdades divididas dos filhos entre o progenitor presente e o progenitor ausente; o fantasma da repetição da experiência de separação entre cônjuge e as coligações e alianças entre pais e filhos biológicos.

No desenvolvimento desta nova família, as redes de suporte atingem uma importância extrema para a integração e estabilidade familiar e para o ajustamento das crianças e adolescentes (Hetherington, 1999). No entanto, as famílias reconstituídas mostram-se fragilizadas relativamente às relações com os sistemas exteriores e, por isso, promovem em maior número os movimentos centrípticos, uma vez que grande parte das relações e redes de suporte, anteriormente estabelecidas, foram cortadas no momento da perda ou separação com o ex-cônjuge (Guerreiro, Torres & Lobo, 2007).

As famílias monoparentais correspondem a famílias onde “os filhos vivem com um dos progenitores, o qual não mantém uma relação conjugal em termos de coabitação

permanente” (Relvas & Alarcão, 2002, p. 247). Na família monoparental, o par conjugal pode nunca ter existido ou ter-se desfeito. Poderá constituir-se em resultado de uma gravidez ou adoção por parte de um elemento solteiro, de um divórcio/separação ou de uma viuvez, sendo que a situação mais comum resulta de um fracasso amoroso (Relvas, 1996).

Estas famílias deparam-se frequentemente, com um conjunto de dificuldades específicas no seu desenvolvimento, equacionadas no campo conjugal, parental e na problemática identificatória. A ausência do subsistema conjugal implica a formação de um subsistema parental apenas constituído por um elemento, o que terá repercussões na dinâmica e desenvolvimento familiares. Existe um risco acrescido de que as ligações entre os elementos sejam fusionais. Esta proximidade pode levar ao emaranhamento na díade, à infantilização da criança e diminuta autonomia do progenitor. A impossibilidade de complementaridade de papéis e de tarefas parentais, facilita a parentificação devido à sobrecarga executiva destas famílias, frequentemente assumida pelo filho mais velho, que pode colocar-se no papel do “progenitor ausente”.

A monoparentalidade parece envolver uma parentalidade menos eficaz e uma menor supervisão comparativamente com famílias nucleares intactas, devido à sobrecarga e, um menor bem-estar emocional dos pais (Steinberg, 2000; McLanahan & Osborne, 2007). Este funcionamento tem repercussões nos diversos subsistemas familiares e no próprio desenvolvimento do sujeito e, como tal, as potencialidades destas famílias podem ficar comprometidas (Alarcão, 2002). A problemática identificatória presente, frequentemente, nesta tipologia familiar remete-se para a dificuldade sentida pelo filho do mesmo sexo do progenitor ausente em construir a sua identidade, face à inexistência de um modelo concreto de identificação na família (idem, 2002).

Grande parte da literatura alusiva a esta temática tende a associar características e consequências negativas a este tipo de configuração familiar. Neste sentido, Kellam, Ensminger e Turner (1977) referem que os adolescentes provenientes de famílias monoparentais apresentam um risco maior de desadaptação social e bem-estar comparativamente a adolescentes de outras tipologias familiares. Relvas e Alarcão (2002) referem que o luto pelo elemento ausente ou pelo projeto de conjugalidade e da família deve ser elaborado. A aceitação de uma parentalidade de um só elemento ou o reconhecimento de que a criança/ adolescente pode ter duas famílias distintas com novos elementos e funções parentais e um ambiente familiar diferenciado é substancialmente favorecedor de um crescimento harmonioso.

Atualmente, a família alargada, que implica a coabitação de variadas gerações de sentido vertical (pelo menos três), é mais frequente devido a um conjunto de alterações sociais, familiares e demográficas (Vicente, 2010). Também as famílias de três gerações têm potencial adaptativo. A funcionalidade destes sistemas depende da flexibilidade com que é gerida a necessidade de coabitação, em particular depende de hierarquias bem definidas, da delimitação de papéis, funções e tarefas entre os elementos familiares. Caso esta flexibilidade não se verifique, estas famílias podem assumir uma estrutura emaranhada, sem limitação de fronteiras e papéis, o que poderá vulnerabilizá-las face à disfuncionalidade. A coabitação de elementos de várias gerações, quando se assume como uma novidade na família, trazem consigo dinâmicas de funcionamento desconhecidas e diferentes das habituais da família.

Kouneski (2000) alerta para a escassez de investigações debruçadas no funcionamento familiar em diversas etapas do ciclo vital da família, sobre as transições familiares, novas configurações, sexualidade e reprodução.

Alguns estudos procuraram associar o funcionamento familiar à forma como a adolescência é vivida pelo adolescente e pela família. Neste seguimento, o mau funcionamento familiar têm sido associado a níveis baixos de bem-estar do adolescente, ao fraco envolvimento e supervisão parental, à internalização e exteriorização de problemas comportamentais, a sintomas depressivos e ansiógenos, ao uso de substâncias, ao fraco desempenho escolar e a baixa autoestima (Barber & Buerhler, 1996; Houltberg, Henry & Morris, 2012; Kashani, Allan, Dahlmeier, Rezvani & Reid 1995; Kashahu & Karaj, 2012; Kleinman, Kang, Todd, Kemp & Lipton, 1991; McKinney & Renk, 2011; Ohannessian, Lerner, Lerner & Eye, 1995; Smart, Chibucos & Didier, 1990; Smets & Hartup, 1988; Stuart & Jose, 2012).

Destaca-se a investigação de Mckeown, Garrison, Jackson, Cuffe, Addy e Waller (1997), com 3191 adolescentes, que estudou uma associação entre a configuração familiar, a ligação emocional e sintomas depressivos dos adolescentes. Concluíram que a ligação emocional familiar - coesão - está associada à presença de sintomas depressivos mas não observaram relação entre o funcionamento da família ao nível da coesão e da configuração familiar.

Pink e Wampler (1985) estudaram a coesão, adaptabilidade e relações entre padrasto/madrasta e adolescente, com uma amostra de 28 famílias nucleares intactas e 28 reconstituídas e com a aplicação do Relationship Inventory (Barrett-Lennard, 1978), do Parent-Adolescent Communication Scale (Barnes & Olson, 1982) e o Family adaptability and Cohesion Evaluation Scales III (Olson, Portner, & Lavee, 1985). Concluíram que as famílias

reconstituídas apresentavam scores de coesão e adaptabilidade inferiores às famílias nucleares intactas. Ainda Peek, Bell, Waldren e Sorell (1988) realizaram uma investigação com famílias com filhos (1 aos 24 anos), pelo que 106 casais eram de famílias nucleares intactas e 108 casais de famílias reconstituídas, com o objetivo de perceber o funcionamento destas famílias. Aplicou-se a Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scale (FACES II) (Olson, Portner, and Bell, 1982), a Family Environment Scale (Moos and Moos, 1981), Family Assessment Device (Epstein and Bishop, 1981), e ainda Inventory of Family Feelings (Lowman, 1980). Concluíram que as famílias nucleares intactas percecionavam scores mais elevados de coesão e adaptabilidade comparativamente com as famílias reconstituídas.

Kawash e Kozeluk (1990) realizaram um estudo com 327 adolescentes sobre a relação entre a autoestima e a percepção de funcionamento familiar. Utilizaram o Self-Esteem Inventory (Coopersmith, 1984) e a FACES III (Olson, Portner, & Lavee, 1985). De forma consistente com as expectativas iniciais, os scores da autoestima aumentaram proporcionalmente com os scores da coesão. No entanto a autoestima variou de forma curvilínea com o aumento da capacidade de adaptação. No mesmo sentido, o estudo de Smets e Hartup (1988), realizado com crianças e adolescentes dos 6 aos 16 anos, pretendia relacionar o funcionamento do sistema familiar à ocorrência de problemas comportamentais e à autoestima. Tal não se verificou, embora a autoestima tenha surgido relacionada com o funcionamento familiar.

O propósito do nosso estudo é analisar o autoconceito enquanto variável implicada no desenvolvimento dos adolescentes de famílias de configurações distintas, nucleares intactas, monoparentais, alargadas e reconstituídas. É na etapa família com filhos adolescentes que o autoconceito assume uma importância aumentada, uma vez que a adolescência está intimamente relacionada com o desenvolvimento da sexualidade, da promoção da autonomia, separação e construção da identidade, sendo no interior da família que estes processos ocorrem (Grammer & Cabié, 1999).

A família tem uma influência crucial no desenvolvimento da criança/ adolescente, nomeadamente, nas suas características de personalidade, no seu ajustamento e na construção do autoconceito e autoestima (Peixoto, 2004). O autoconceito, enquanto percepção que o sujeito tem de si, é produto de diversas interações biológicas, sociais e psicológicas, e também das relações familiares (Serra, 1988). A atitude e suporte parental desempenham um papel fundamental na formação do autoconceito, uma vez que se encontram intimamente relacionados com a representação que o adolescente faz de si mesmo, da mesma forma que, as dinâmicas familiares influenciam a construção do autoconceito (Peixoto, 2004).

Vários estudiosos vêm o autoconceito como uma dimensão estável e multidimensional, fluida e dinâmica que se constrói e edifica progressivamente à medida que o indivíduo experiencia situações de interação nos variados contextos, pelo que forma e integra ideias acerca de si mesmo e pode sofrer diversas oscilações ao longo do tempo (Leuschner, 2000; Oliveira, 2002; Pedroso, 2001). Andolfi (2002) defende que as modificações estruturais da família e do seu estilo de vida são, muitas das vezes, a origem de crises de identidade, que podem comprometer o sentimento de segurança e autoestima dos seus elementos.

Algumas investigações pretenderam analisar os fatores comprometedores da autoestima e do autoconceito do adolescente associados a dimensões familiares, entre elas a qualidade parental e conflito parental, a ligação emocional com a díade parental, satisfação com a família e ambiente familiar (Dekovic & Meus, 1997; Harvey & Byrd, 1998; Hetherington, 1999; Grossman & Rowat, 1995; Phillips, 2012). Phillips (2012) estudou 278 adolescentes com idades compreendidas entre os 12 e os 18 anos para analisar a relação entre o bem-estar, a autoestima, ambiente familiar e a configuração familiar. Utilizou para o efeito a Rosenberg's Self-Esteem Scale (Rosenberg, 1965), a Hopelessness Scale for Children (Kazdin, François, Unis, Esveldt-Dawson, Sherick, 1983) e a Attitude Toward Delinquency Scale (Loeber, Farrington, Southamer-Lober e Van Kammen, 1998). Concluiu que o bem-estar não parece estar diretamente relacionado com a configuração familiar, ainda que, o ambiente familiar esteja significativamente relacionado com o bem-estar do adolescente. O investigador afirma, também, que a satisfação com a família e a autoestima apresentam correlação positiva influenciando-se no mesmo sentido, ou seja quanto mais se mostravam satisfeitos com a família, mais elevado o autoconceito.

Costa (2011) estudou 311 adolescentes de ambos os géneros entre os 14 e os 18 anos, dos quais 166 adolescentes eram oriundos de famílias tradicionais e 145 estavam institucionalizados. O objetivo era analisar a qualidade dos laços afetivos com os pares e o seu efeito preditor no desenvolvimento do *coping* e autoestima dos adolescentes, bem como o papel moderador da configuração familiar e do género na associação entre a ligação aos pares, a autoestima e coping. Os resultados alcançados através da aplicação do Rosenberg's Self-esteem Scale (Rosenberg, 1965), do Inventory of Peer and Parental Attachment (Armsden & Greenberg, 1987) e do Coping Orientation to Problems Experienced (Carver, Scheier & Weintraub, 1989) revelaram que a configuração familiar não parece estar diretamente associada com indicadores de bem-estar nos adolescentes, especificamente, a autoestima.

Peixoto (2004) num estudo com 265 adolescentes com idades compreendidas entre os 11 e os 19 anos, procurou analisar as relações entre a percepção da qualidade das dinâmicas familiares, o autoconceito e o rendimento escolar. Os resultados indicaram que as relações estabelecidas no seio familiar relacionam-se com o autoconceito e com o desempenho académico, pelo que quanto melhor a qualidade da relação familiar, mais elevado o autoconceito do adolescente. O mesmo se verifica entre o autoconceito e o rendimento escolar.

Também, Grossman e Rowat (1995) concluíram que as dificuldades de funcionamento familiar não estão, necessariamente, associadas ao tipo de configuração, mas sim às relações que se estabelecem entre os elementos. Como tal, a qualidade da parentalidade tem sido entendida como preditor do bem-estar social e emocional da criança e, da mesma forma, da autoestima. Mota e Matos (2009) avaliaram 403 adolescentes de famílias nucleares intactas e divorciadas de idades entre os 14 e os 19 anos através da Rosenberg's Self-Esteem Scale (Rosenberg, 1965), do Questionário de Vinculação ao Pai e à Mãe (Costa e Matos, 2004), do Inventory of Peer and Parental Attachment (Armsden & Greenberg, 1987) e do Children Perception of Interparental Conflict (Grych, Seid, & Fincham, 1992). Procuravam avaliar em distintas configurações familiares, o conflito interparental, a vinculação aos pais e aos pares e a autoestima do adolescente. Concluíram que a qualidade de vinculação na relação pais-filho relaciona-se com a autoestima e não se encontra relacionado com o tipo de família.

Raposo, Figueiredo, Lamela, Nunes-Costa, Castro e Prego (2011) num estudo qualitativo afirmam, em contradição com os trabalhos anteriores, que a estrutura doméstica é importante, uma vez que os adolescentes de famílias separadas revelam mais baixo autoconceito e pior ajustamento psicológico. Também Hetherington (2003) afirma que problemas comportamentais, fraco desempenho escolar, ansiedade, depressão e baixos níveis de autoestima encontram-se mais facilmente em filhos de famílias monoparentais comparativamente com filhos de famílias de configuração nuclear intacta.

Ainda Cooper, Holman e Braithwaite (1983) com uma amostra de 467 crianças com idades compreendidas entre os 9 e 12 anos e provenientes de diversas configurações familiares, investigaram, a partir de questionários que avaliavam a autoestima e a percepção de felicidade e apoio familiar, a relação entre a autoestima das crianças e suas percepções de coesão familiar. Os resultados indicaram que as crianças de famílias nucleares intactas e de monoparentais experimentam diferentes graus de proximidade e apoio, no entanto as crianças

que relatam pouco apoio familiar tendem a ter baixos níveis de autoestima. O apoio e a autoestima não pareceram estar relacionados com a configuração familiar.

Assistimos a uma mudança no cenário sociocultural provocada, entre outros factores, pelas alterações na estrutura familiar. A literatura enfatiza perspectivas teóricas e também culturais negativas sobre as modificações estruturais inerentes à família contemporânea que, no entanto, parecem estar insuficientemente sustentadas na investigação científica desta área.

O presente estudo pretende avaliar a percepção do funcionamento familiar pela díade parental e pelo filho adolescente, a sua percepção do autoconceito em famílias nucleares intactas e de outras configurações e de que forma se relacionam.

Metodologia

O objetivo geral desta investigação (ver figura 1. Esquema conceptual do estudo) consiste em analisar a percepção do funcionamento familiar e autoconceito dos adolescentes em diferentes configurações familiares. Os objetivos específicos são:

- 1) Analisar as diferenças da percepção do funcionamento familiar de pais e filhos, nas diferentes configurações, em função de variáveis individuais dos adolescentes (género, idade e desempenho escolar);
- 2) Compreender se existem diferenças no autoconceito do adolescente em função da configuração familiar e de variáveis individuais (género, idade e desempenho escolar);
- 3) Analisar a existência de associação entre a configuração familiar, as percepções de funcionamento familiar de pais e filhos e o autoconceito dos adolescentes.

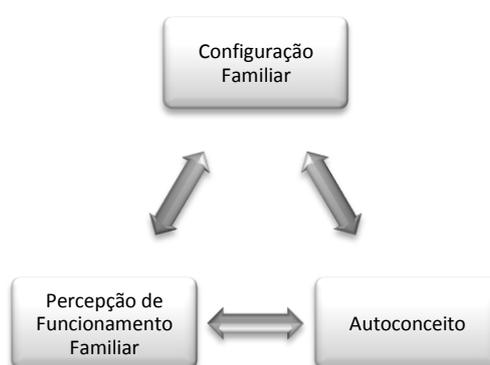


Figura 1
Esquema conceptual do estudo.

Participantes

Os participantes são 70 famílias com filhos adolescentes. Participaram 70 adolescentes, 67 mães e 40 pais. Foram estabelecidos os seguintes critérios de inclusão: condição de idade igual ou superior a 12 anos - etapa do ciclo vital famílias com filhos adolescentes.

De acordo com a Tabela 1, as idades dos adolescentes estão compreendidas entre os 12 e os 15 anos de idade, sendo a idade mais frequente os 14 anos ($n=22$; 31,4%) e o género feminino ($n=36$; 51,4%). Relativamente à escolaridade do adolescente, predomina o 7º ano de escolaridade ($n=34$; 48,6%). A maioria refere ter um desempenho académico mediano ($n=32$; 45,7%) e ausência de reprovações ($n=54$; 77,1%).

Tabela 1

Caracterização sociodemográfica dos participantes adolescentes.

Variáveis dos adolescentes	<i>n</i> (%)	Medidas descritivas
Idade ($n=70$)		
12 anos	19 (27,1%)	$M = 13,36$ anos $DP = 1,05$ $Mo = 14$ anos
13 anos	18 (25,7%)	
14 anos	22 (31,4%)	
15 anos	11 (15,7%)	
Género ($n=70$)		
Feminino	34 (48,6%)	$Mo =$ Feminino
Masculino	36 (51,4%)	
Ano escolar ($n=70$)		
7º ano	34 (48,6%)	$Mo = 7^\circ$ ano
8º ano	21 (30%)	
9º ano	15 (21,4%)	
Notas escolares ($n = 70$)		
Negativas	4 (5,7%)	$Mo =$ Notas Medianas
Medianas	32 (45,7%)	
Boas	26 (37,1%)	
Muito boas	8 (11,4%)	
Reprovação ($n=70$)		
Nenhuma reprovação	54 (77,1%)	$Mo =$ Nenhuma reprovação
Uma reprovação	14 (21,4%)	
Duas reprovações	1 (1,4%)	

Notas: M = Média; DP = Desvio-padrão; Mo: Moda

Quanto ao agregado familiar optou-se por dividir a informação sobre os participantes em duas tabelas. A Tabela 2 descreve as variáveis sociodemográficas do agregado familiar e a Tabela 3 as variáveis sociodemográficas da díade parental.

Com efeito, na Tabela 2 verifica-se que a configuração familiar frequente é a família nuclear intacta ($n=40$; 57,1%), seguida pela família monoparental ($n=14$; 20%). O tamanho da fratria é em média de 2 elementos ($n=40$; 57,1%) e os adolescentes em estudo são os mais velhos ($n=25$; 35,7%).

Tabela 2

Variáveis sociodemográficas do agregado familiar.

Variáveis familiares	n (%)	Medidas descritivas
Configuração familiar (n=70)		
Família nuclear intacta	40 (57,1%)	<i>Mo</i> = Família nuclear intacta
Família monoparental	14 (20%)	
Família reconstituída	8 (11,4%)	
Família alargada	8 (11,4%)	
Tamanho da fratria (n=70)		
Um elemento	20 (28,6%)	<i>Mo</i> = Dois elementos
Dois elementos	40 (57,1%)	
Três elementos	7 (10%)	
Quatro elementos	3 (4,3%)	
Posição na fratria (n=70)		
Sem irmão	20 (28,6%)	<i>Mo</i> = Primeiro lugar
Primeiro	25 (35,7%)	
Segundo	21 (30%)	
Terceiro	4 (5,7%)	

Mais mães (n=67; 62,6%) participaram neste estudo do que pais (n=40; 37,4%) (tabela 3). Quanto à situação profissional do subsistema parental, a maioria dos pais dos adolescentes apresentam-se empregados e têm o 3º ciclo de escolaridade.

Tabela 3

Variáveis sociodemográficas da díade parental.

Variáveis parentais	n (%)	Medidas descritivas
Escolaridade da Mãe (n=70)		
1º Ciclo de Escolaridade	3 (4,3%)	<i>Mo</i> = 3º Ciclo de Escolaridade e Ensino Secundário
2º Ciclo de Escolaridade	5 (7,1%)	
3º Ciclo de Escolaridade	24 (34,3%)	
Ensino Secundário	24 (34,3%)	
Ensino Superior	14 (20%)	
Situação Profissional da Mãe (n=70)		
Empregada	56 (80%)	<i>Mo</i> = Empregada
Desempregada	13 (18,6%)	
Aposentada/ Reformada	1 (1,4%)	
Escolaridade do Pai (n=68)		
1º Ciclo de Escolaridade	6 (8,6%)	<i>Mo</i> = 3º Ciclo de Escolaridade
2º Ciclo de Escolaridade	12 (17,1%)	
3º Ciclo de Escolaridade	29 (41,4%)	
Ensino Secundário	13 (18,6%)	
Ensino Superior	8 (11,4%)	
Situação Profissional do Pai (n=68)		
Empregado	57 (83,8%)	<i>Mo</i> = Empregado
Desempregado	8 (11,7%)	
Aposentado / Reformado	3 (4,3%)	
Participação Parental (n=70)		
Mãe	30 (42,9%)	<i>Mo</i> = Participação da Mãe e do Pai
Pai	3 (4,3%)	
Mãe e Pai	37 (52,9%)	

Procedimentos

Os participantes foram recrutados através da utilização de procedimentos aleatórios e de procedimentos de conveniência, sustentados pelo conceito de snowball. A recolha de dados foi feita entre os meses de junho a agosto de 2014. Foram seguidas as diretrizes do código deontológico dos psicólogos referentes aos processos de investigação. Num primeiro momento foi remetido um requerimento aos Órgãos de Gestão do Agrupamento de Escolas Rainha Santa Isabel a solicitar a autorização de colaboração da sua comunidade educativa, nomeadamente dos alunos do 3º Ciclo do Ensino Básico (7º, 8º e 9º anos). Às famílias participantes foi enviada uma informação escrita com a apresentação do estudo, o pedido de participação/consentimento informado escrito e o protocolo de investigação num envelope por selar. A informação e dados recolhidos no âmbito desta investigação foram utilizados para o estudo em questão, sendo assegurada a confidencialidade e o anonimato das respostas.

A administração do protocolo não foi de formato presencial, pelo que se enfatizou a cada adolescente/família participante a não utilização do mesmo espaço aquando o preenchimento. O tempo de preenchimento dos instrumentos foi, aproximadamente, 20 minutos. A devolução do protocolo ocorreu num tempo limite de duas semanas e estes foram entregues pelos diretores de turma no gabinete de psicologia e orientação da escola.

Instrumentos

O Questionário Sociodemográfico tem como objetivo caracterizar o adolescente e a sua família. Construído para o presente estudo, o questionário permite fazer a caracterização do adolescente envolvendo variáveis como: idade, género, ano de escolaridade, retenção escolar, rendimento escolar; a caracterização da família (configuração familiar, tamanho e posição da fratria); e, por fim, a caracterização do pai e da mãe (situação profissional e escolaridade).

A Escala de Avaliação de Adaptabilidade e Coesão Familiar II (FACES II) foi desenvolvida por Olson, Potner e Bell (1982), traduzida para português por Daniel Sampaio (1991) e validada por Otilia Fernandes (1995). Assenta no Modelo Circumplexo de Olson e permite avaliar a percepção do funcionamento familiar apoiada em dimensões de coesão e de adaptabilidade familiar. Esta versão é uma reformulação da escala original FACES e é de fácil aplicação, sendo um questionário de autorresposta com frases simples. Deve ser aplicado às pessoas da família que tenham idade igual ou superior a 12 anos (Olson, 2000).

A adaptabilidade, uma das dimensões avaliadas na FACES II, refere-se à flexibilidade, mudança e capacidade de ajuste da família em diversas situações. A coesão familiar avalia a ligação de cada elemento aos restantes, a capacidade de ajuda e mobilização

e a autonomia sentida e proporcionada pela família. A escala é constituída por 30 itens, sendo que 14 itens são relativos à adaptabilidade, nomeadamente à imposição de regras (item 2, 14 e 28), à liderança (item 4 e 16), à disciplina (item 6 e 18), à negociação (item 8, 20 e 26), às funções (item 10 e 22) e às normas (item 12 e 24). Existem quatro categorias de adaptabilidade: rígida, estruturada, flexível e muito flexível. Os restantes 16 itens estão relacionados com a dimensão coesão, que é caracterizada por várias subcategorias tais como os laços emocionais (item 1 e 17), os limites (item 3 e 19), as coligações (item 9 e 29), o tempo (item 7 e 23), o espaço (item 5 e 25), os amigos (item 11 e 27), as decisões (item 13 e 21) e, por fim, os interesses e lazeres (item 15 e 30). Quanto à coesão encontramos quatro categorias: desmembrada, separada, ligada e muito ligada.

As respostas pontuam-se numa escala tipo likert de 5 pontos, na qual 1 corresponde a “quase nunca” e 5 a “quase sempre” respondidas de acordo com a ocorrência com que os comportamentos surgem. Para se obter o resultado de Coesão devem seguir-se os passos: 1) soma-se os itens 3, 9, 15, 19, 25 e 29; 2) subtrai-se ao valor do somatório 36; 3) soma-se os restantes itens de coesão; 4) somam-se os valores achados no passo 2 e no passo 3 e obtém-se um resultado final numa escala de 15 a 80. Para a Adaptabilidade, concretiza-se uma vez mais 4 passos: 1) soma-se os itens 24 e 28; 2) subtrai-se ao valor inicial 12; 3) somam-se os restantes itens de adaptabilidade; 4) soma-se os valores achados no passo 2 e no passo 3 e obtém-se um resultado final numa escala de 15 a 70.

Posteriormente os resultados brutos de Coesão e Adaptabilidade são convertidos, individualmente, numa tabela (ver tabela 4) que caracteriza os diferentes níveis, aos quais correspondem números. Por fim, esses resultados individuais de coesão e adaptabilidade são somados e calculada a média a partir da qual se classificam num dos tipos de família previstos. A família pode ser classificada em quatro tipos: extrema, meio-termo, moderadamente equilibrada e equilibrada, consoante os resultados na Coesão e Adaptabilidade como a tabela 4 esclarece, sendo que os dois primeiros tipos correspondem a um melhor funcionamento e os dois últimos a níveis de maior probabilidade de disfunção.

Tabela 4
Pontuação linear da FACES II.

Coesão		Adaptabilidade		Tipo de Família	
8	$\frac{80}{74}$	8	$\frac{70}{65}$	8	Equilibrada
7	$\frac{73}{71}$	7	$\frac{64}{55}$	7	
6	$\frac{70}{65}$	6	$\frac{54}{50}$	6	Moderadamente Equilibrada
5	$\frac{64}{60}$	5	$\frac{49}{46}$	5	
4	$\frac{59}{55}$	4	$\frac{45}{43}$	4	Meio-termo
3	$\frac{54}{51}$	3	$\frac{42}{40}$	3	
2	$\frac{50}{35}$	2	$\frac{39}{30}$	2	Extremo
1	$\frac{34}{15}$	1	$\frac{29}{15}$	1	

A FACES II apresenta uma boa consistência interna, apresentando um alfa de Cronbach de 0.78 na escala de adaptabilidade, de 0.87 na escala de coesão e de 0.90 na escala total. No nosso estudo os valores de alfa de Cronbach obtidos para a escala de coesão foram de 0.69 para os adolescentes e 0.62 para as mães e pais; na escala de adaptabilidade os resultados foram de 0.74 para os adolescentes, 0.72 para as mães e 0.70 para os pais; e os resultados para a escala total foram de 0.75 para os adolescentes e pais e 0.76 para as mães.

A Piers-Harris Children's Self-Concept Scale 2 (PHSCS 2) de Piers e Herzberg (2002), traduzida e adaptada para a população portuguesa por Veiga (2006) foi, originalmente, desenvolvida por Piers e Harris em 1964 e reformulada por Piers e Herzberg no ano de 2002, com um intuito aumentar as suas qualidades psicométricas e simplificar a aplicação (redução a 60 itens ao invés de 80).

A escala apresenta seis dimensões compostas itens: fator aspeto comportamental (itens 12, 13, 14, 18, 19, 20, 27, 30, 36, 38, 45, 48 e 58), fator ansiedade (itens 4, 7, 10, 17, 23, 29, 56 e 59), fator estatuto intelectual (itens 5, 16, 21, 22, 24, 25, 26, 34, 39, 43, 50, 52 e 55), fator popularidade (itens 1, 3, 6, 11, 32, 37, 41, 47, 51 e 57), fator aparência e atributos físicos (itens 8, 9, 15, 33, 44, 46, 49 e 54) e fator satisfação e felicidade (itens 2, 28, 31, 35, 40, 42, 53 e 60). Esta versão detém 35 itens que estão invertidos.

A determinação da pontuação é atribuída conforme a resposta seja reveladora de uma atitude positiva (1 ponto) ou negativa (0 ponto) face a si mesmo (Veiga, 2006). A escala revela uma consistência interna de 0.90 sendo que, o valor do nosso estudo vai de encontro

com o resultado de Veiga (2006) obtido no estudo de validação para a população portuguesa (0.90), o que revela que o instrumento detém uma boa fidedignidade.

Análise estatística

Para a realização deste trabalho utilizou-se o programa informático de análise estatística, o *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS), versão 19.0 para Windows. A escolha da utilização de testes de natureza paramétrica sustentou-se no Teorema do Limite Central defendido por João Marôco. Neste sentido, o autor considera a utilização destes testes adequados, uma vez que “para amostras de dimensão razoável, a média tem distribuição normal, mesmo que a variável, para a qual se quer calcular a média, não tenha distribuição normal” (Marôco, 2011, p.46).

Para determinar o cálculo de frequências absolutas e percentuais, bem como medidas de tendência central e medidas de dispersão, fez-se uma análise descritiva. Posteriormente utilizou-se o teste *t de Student* para amostras independentes com a finalidade de verificar a existência de diferenças estatisticamente significativas entre o autoconceito e a idade e género. Com a ANOVA procurou-se analisar as diferenças no funcionamento familiar percebido em função da configuração familiar, género, idade e do desempenho escolar do adolescente. Por fim, determinou-se o coeficiente de correlação de *r* de *Pearson* para testar as associações entre as dimensões funcionamento familiar e do autoconceito.

Resultados

Funcionamento familiar

A Tabela 5 revela a percepção de coesão, adaptabilidade e tipo de família dos diferentes participantes. Neste sentido, a maioria das famílias percecionam-se como ligadas quanto à coesão ($M=62,66$; $DP=8,38$; $Min=37,5$; $Max=79$), flexíveis quanto à adaptabilidade ($M=50,79$, $DP=6,3$; $Min=37,33$; $Max=63$) e moderadamente equilibradas quanto ao tipo de família ($M=5,36$, $DP=1,32$; $Min=2$; $Max=7,5$). Os níveis de coesão e adaptabilidade estão enquadrados, embora um pouco mais elevados, com os resultados obtidos na validação do instrumento. Importa ainda referir que são as mães quem percecionam um melhor funcionamento familiar.

Tabela 5

Análise descritiva dos resultados do funcionamento familiar percebido (FACES II).

FACES II	Adolescente (n=70)		Mãe (n=67)		Pai (n=40)		Família (n=70)	
	n (%)	Medidas descritivas	n (%)	Medidas descritivas	n (%)	Medidas descritivas	n (%)	Medidas descritivas
Coesão								
Desmembrada	12 (17,1%)	M=60,45	2 (3%)	M=65,22	4 (10%)	M=64,33	8 (11,4%)	M=62,66
Separada	15 (21,4%)	DP=11,18	12 (17,9%)	DP=8,14	7 (17,5%)	DP=9,64	14 (20,2%)	DP=8,38
Ligada	27 (38,6%)	Min=27	35 (52,2%)	Min=41	18 (45%)	Min=40	37 (52,9%)	Min=37,5
Muito Ligada	16 (22,9%)	Max=79	18 (26,9%)	Max=79	11 (27,5%)	Max=79	11 (15,7%)	Max=79
Adaptabilidade								
Rígida	7 (10%)	M=50,84	3 (4,5%)	M=51,43	2 (5%)	M=50,6	4 (5,7%)	M=50,79
Estruturada	7 (10%)	DP=8,38	10 (14,9%)	DP=6,82	5 (12,5%)	DP=6,87	10 (14,3%)	DP=6,3
Flexível	27 (38,6%)	Min=27	31 (46,3%)	Min=37	20 (50%)	Min=35	38 (54,3%)	Min=37,33
Muito Flexível	28 (41,4%)	Max=66	23 (34,3%)	Max=66	13 (32,5%)	Max=63	18 (25,7%)	Max=63
Tipo de família								
Extremo	7 (10%)	M=5,2		M=5,39	2 (5%)	M=3,15	2 (2,9%)	M=5,36
Meio-termo	13 (18,6%)	DP=1,69	12 (17,9%)	DP=1,75	5 (12,5%)	DP=2,99	15 (21,4%)	DP=1,32
Moderadamente Equilibrada	30 (42,9%)	Min=1,5	32 (47,8%)	Min=2,5	20 (50%)	Min=2	35 (50%)	Min=2
Equilibrada	20 (28,6%)	Max=7,5	23 (34,3%)	Max=7,5	13 (32,5%)	Max=7,5	18 (25,7%)	Max=7,5

Na Tabela 6 pode consultar-se que os resultados indicam que não existem diferenças estatisticamente significativas entre a percepção de funcionamento familiar pela ótica da família e a configuração familiar ($p=0,266$; $F=1,257$), tal como na avaliação feita pelos progenitores individualmente. No entanto, nos adolescentes observam-se diferenças estatisticamente significativas em função da configuração familiar ($p=0,019$; $F=5,781$), sendo que os adolescentes pertencentes às famílias nucleares intactas revelam uma percepção de funcionamento familiar superior aos que pertencem a outras configurações.

Tabela 6

Análise de diferenças da escala de funcionamento familiar (FACES II) em função da configuração familiar.

FACES II	Famílias nucleares intactas (n=40)		Famílias de outras configurações (n=30)		p	F
	n (%)	Medidas descritivas	n (%)	Medidas descritivas		
Coesão						
Desmembrada	4 (10%)	M=64,73	4 (13,3%)	M=59,91	0,183	1,809
Separada	4 (10%)	DP=7,69	8 (26,7%)	DP=8,61		
Ligada	22 (55%)	Min=44	13 (43,3%)	Min=37,5		
Muito Ligada	10 (25%)	Max=79	5 (16,7)	Max=70,5		
Adaptabilidade						
Rígida	1 (2,5%)	M=51,61	3 (10%)	M=49,72	0,131	2,331
Estruturada	5 (12,5%)	DP=6,11	5 (16,7%)	DP=6,5		
Flexível	22 (55%)	Min=37,33	16 (53,3%)	Min=37,33		
Muito Flexível	12 (30%)	Max=63	6 (20%)	Max=60,33		
Tipo de família						
Extremo	1 (2,5%)	M=5,63	1 (3,3%)	M=5,01	0,266	1,257
Meio-termo	6 (15%)	DP=1,23	9 (30%)	DP=1,37		
Moderadamente Equilibrada	22 (55%)	Min=2,33	13 (43,3%)	Min=2		
Equilibrada	11 (27,5%)	Max=7,5	7 (23,3%)	Max=7		

Pode ainda verificar-se que, apesar de na generalidade os resultados apontarem para coesão e adaptabilidade equilibradas (de coesão ligada e adaptabilidade flexível), as famílias nucleares intactas percebem tipos de coesão e adaptabilidade considerados mais equilibrados comparativamente com as famílias de outra configuração.

No funcionamento familiar percebido pelo adolescente não se observaram diferenças estatisticamente significativas em função das variáveis idade e o género.

Autoconceito

Os adolescentes estudados apresentam uma percepção geral de autoconceito elevada (Tabela 7). As médias obtidas nas diversas subescalas e na escala total enquadram-se nos resultados da validação do instrumento ($M=41,7$; $DP=7,88$). Observa-se que são os domínios ansiedade, aspeto comportamental e estatuto intelectual que apresentam valores mais elevados. Os domínios satisfação/ felicidade e a aparência física, são os que apresentam valores mais baixos, embora equilibrados.

Tabela 7
Análise descritiva do autoconceito (PHCSCS-2).

Autoconceito	Adolescente ($n=70$)			
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>Min</i>	<i>Max</i>
Ansiedade	4,16	2,069	0	8
Aspeto Comportamental	10,94	2,377	3	13
Satisfação/ Felicidade	6,76	1,574	2	8
Estatuto Intelectual	8,74	2,913	2	13
Aparência física	4,91	2,276	0	8
Popularidade	7,13	2,071	1	10
Escala Total	42,64	9,587	22	58

Pelo que se verifica na tabela 8, as raparigas ($M=41,56$; $DP=9,65$) obtiveram uma média de autoconceito da escala total inferior aos rapazes ($M=43,79$; $DP=9,52$). Apenas na dimensão ansiedade se observaram diferenças estatisticamente significativas ($p=0,001$; $t=3,44$) com os rapazes com resultados superiores ($M=4,97$; $DP=1,642$).

Em função da idade, destaca-se que os adolescentes mais novos (12-13 anos) mostraram um autoconceito superior ($M=43,84$; $DP=9,13$), comparativamente aos adolescentes mais velhos (14-15 anos) ($M=41,30$; $DP=10,05$). No entanto, não se verificaram diferenças estatisticamente significativas ($p=0,273$, $t=1,106$). Constata-se, ainda, que os adolescentes que têm melhores notas, têm um autoconceito superior. Observaram-se diferenças estatisticamente significativas entre o autoconceito e o desempenho escolar ($p=0,005$, $F=4,612$), podendo observar-se que na dimensão estatuto intelectual os resultados são mais elevados ($p=0,000$, $F=8,278$).

Tabela 8

Análise de diferenças no autoconceito (PHSCS-2) em função do género, idade e desempenho escolar do adolescente.

	Autoconceito do Adolescente																				
	Escala Total		Satisfação / Felicidade				Ansiedade		Aspeto Comportamental		Aparência Física		Estatuto Intelectual		Popularidade						
	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP	M	DP					
Género																					
Feminino (n=36)	41,56	9,65	p=0,333 t=-0,98	6,56	1,66	p=0,273 t=-1,11	3,39	2,16	p= 0,001 t=-3,44	10,64	2,24	p=0,274 t=-1,10	5,03	2,08	p=0,671 t=0,43	8,86	3,16	p=0,729 t=0,350	7,08	1,73	p=0,852 t=-0,19
Masculino (n=34)	43,79	9,52		6,97	1,47		4,97	1,64		11,26	2,50		4,79	2,49		8,62	2,67		7,18	2,41	
Idade																					
12-13 (n=37)	43,84	9,13	p=0,273 t=0,73	7,03	1,364	p=0,572 t=1,53	4,54	2,19	p=0,101 t=1,66	11,14	2,37	p=0,478 t=7,14	5,08	2,28	p=0,520 t=0,646	8,57	2,09	p=0,598 t=-0,530	7,49	1,94	p=0,559 t=1,547
14-15 (n=33)	41,30	10,05		6,45	1,752		3,73	1,86		10,73	2,40		4,73	2,29		8,99	2,96		6,73	2,17	
Desempenho Académico																					
Negativas (n=4)	33,75	10,31	p= 0,005 F=4,61	6,50	1,73	p=0,088 F=2,28	2,24	0,5	p=0,112 F=2,07	8,50	2,38	p=0,06 F=2,59	4,25	2,63	p=0,248 F=1,41	5,25	2,63	p= 0,000 F=8,28	7	1,16	p=0,664 F=0,53
Medianas (n=32)	39,97	9,77		6,28	1,82		3,94	1,95		10,59	2,76		4,63	2,49		7,72	2,48		6,81	2,55	
Boas (n=26)	45,15	8,04		7,15	1,19		4,42	2,21		11,50	1,88		4,92	1,89		9,77	2,79		7,38	1,55	
Muito Boas (n=8)	49,63	7,07		7,50	1,07		5,13	2,03		11,75	1,04		6,38	2,20		11,25	1,67		7,63	1,85	

Da análise das diferenças entre o autoconceito e a configuração familiar (Tabela 9) concluí-se que em todas as dimensões da escala do autoconceito existem diferenças estatisticamente significativas relativamente à configuração familiar, sendo observado um autoconceito superior em todas as dimensões nos adolescentes pertencentes a famílias nucleares intactas, comparativamente com as famílias de outras configurações.

Tabela 9

Análise de diferenças no autoconceito (PHCSCS-2) do adolescente em função da configuração familiar.

Autoconceito	Família Nuclear Intacta (n=40)		Outras Configurações (n=30)		p	t
	M	DP	M	DP		
Ansiedade	4,75	1,86	3,37	2,09	0,005	2,915
Comportamento	11,5	2,08	10,2	2,58	0,022	2,337
Satisfação/ Felicidade	7,25	1,24	6,10	1,75	0,002	3,225
Intelectual	9,55	2,75	7,67	2,81	0,007	2,808
Aparência física	5,45	2,17	4,2	2,25	0,022	2,347
Popularidade	7,73	1,99	6,33	1,94	0,005	2,932
Escala Total	46,23	7,85	37,87	9,72	0,000	3,979

Funcionamento familiar e autoconceito

De acordo com o que se observa na tabela 10, destacam-se correlações significativas moderadas entre o funcionamento familiar percebido pelo adolescente e o seu autoconceito, nomeadamente, entre a percepção de coesão e o autoconceito ($r=0,618^{**}$), entre a percepção de adaptabilidade e o autoconceito ($r=0,513^{**}$) e entre o tipo de família e o autoconceito ($r=0,586^{**}$).

Relativamente às percepções de coesão e adaptabilidade familiar e tipo de família (pais e filho) observam-se correlações moderadas com o autoconceito do adolescente ($r=0,559^{**}$; $r=0,454^{**}$; $r=0,523^{**}$) e o mesmo tipo de correlações se verifica entre o autoconceito e o funcionamento familiar percebido pela mãe ($r=0,368^{**}$) e pelo pai ($r=0,458^{**}$).

No entanto, as correlações mais significativas são entre as dimensões que correspondem ao funcionamento familiar. Realçamos o tipo de família percebido pelo adolescente se relaciona com adaptabilidade percebida pelo adolescente ($r=0,926^{**}$) bem como a coesão ($r=0,943^{**}$). No caso do pai e da família, também encontramos correlações altas entre o tipo de família percebido e a adaptabilidade ($r=0,905^{**}$; $r=0,919^{**}$, respetivamente) e a coesão ($r=0,935^{**}$; $r=0,954^{**}$, respetivamente). Estes aspetos tornam-se expectáveis, uma vez que se constituem variáveis da mesma escala que se influenciam reciprocamente.

Tabela 10

Correlações entre o funcionamento familiar (FACES II) e o autoconceito do adolescente (PHCSCS-2).

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
1. Autoconceito - Adolescente	1												
2. Coesão - Adolescente	0,618**	1											
3. Coesão - Mãe	0,416**	0,646**	1										
4. Coesão - Pai	0,275**	0,468**	0,623**	1									
5. Adaptabilidade - Adolescente	0,513**	0,812**	0,566**	0,569**	1								
6. Adaptabilidade - Mãe	0,295**	0,420**	0,565**	0,612**	0,456**	1							
7. Adaptabilidade - Pai	0,273**	0,443**	0,574**	0,738**	0,538**	0,765**	1						
8. Tipo de família - Adolescente	0,586**	0,943**	0,616**	0,504**	0,926**	0,434**	0,472**	1					
9. Tipo de família - Mãe	0,368**	0,587**	0,890**	0,550**	0,481**	0,838**	0,509**	0,537**	1				
10. Tipo de família - Pai	0,458**	0,312**	0,363**	0,935**	0,325**	0,282**	0,905**	0,350**	0,196**	1			
11. Coesão - Família	0,559**	0,888**	0,884**	0,793**	0,781**	0,563**	0,671**	0,859**	0,742**	0,418**	1		
12. Adaptabilidade - Família	0,454**	0,705**	0,655**	0,747**	0,843**	0,835**	0,873**	0,780**	0,662**	0,358**	0,797**	1	
13. Tipo de família - Família	0,523**	0,829**	0,823**	0,812**	0,832**	0,719**	0,786**	0,864**	0,748**	0,435**	0,954**	0,919**	1

Notas: Coeficiente de Correlação de Pearson: * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$

Discussão dos Resultados

O presente estudo teve como objetivo principal analisar o papel da configuração familiar na percepção de funcionamento familiar e autoconceito dos filhos adolescentes.

Concluiu-se que não existem diferenças na percepção de funcionamento familiar sendo que as famílias das várias configurações estudadas se percebem como moderadamente equilibradas, ligadas e flexíveis, com exceção do funcionamento familiar percebido pelo adolescente. As famílias nucleares intactas revelam scores de coesão e adaptabilidade superior às famílias de outras configurações. Os adolescentes são os elementos da família que têm uma percepção de coesão mais baixa. O autoconceito dos adolescentes varia em função da configuração familiar, pelo que são os adolescentes de famílias nucleares intactas que revelam um autoconceito superior. Há associação entre o funcionamento familiar e o autoconceito dos filhos adolescentes.

No que respeita às diferenças do funcionamento familiar (avaliado pela FACES II) em função da configuração familiar, tanto as famílias nucleares intactas como as de outras configurações situam-se no tipo moderadamente equilibrado, com coesão do tipo ligada e adaptabilidade do tipo flexível, o que nos remete para valores considerados funcionais em todas as configurações.

Estes resultados estão de acordo com o referido na literatura, nomeadamente, com McKeown, Garrison, Jackson, Cuffe, Addy e Waller (1997) e Grossman e Rowat (1995) que também não registaram diferenças entre a configuração familiar e o seu funcionamento. Segundo Langenkamp e Frisco (2008) e Raposo, Figueiredo, Lamela, Nunes-Costa, Castro & Prego (2011) não é a configuração familiar que compromete o funcionamento familiar, mas sim o contexto em que a transição ocorre, sendo o conflito conjugal implicativo de deterioração de ligação emocional entre pais e filhos, bem como a (falta de) disponibilidade afetiva e envolvimento dos pais.

Já Kouneski (2000) concluiu que a configuração familiar interfere significativamente com a adaptabilidade familiar, em particular com as famílias reconstituídas com filhos adolescentes.

Destaca-se a presença de diferenças estatisticamente significativas entre o funcionamento familiar percebido pelo adolescente e a configuração familiar, sendo que os adolescentes de famílias nucleares intactas percebem um funcionamento mais equilibrado do que os adolescentes inseridos em famílias de outra configuração. Esta reflexão enquadra-

se nas dificuldades específicas destas formas de família. A aceitação de uma nova parentalidade, seja ela por entrada de uma nova figura ou por ausência dela, as lealdades divididas e o sentimento de traição e culpa no caso de parentalidades compartilhadas e a parentificação podem ser exemplos de aspetos que comprometem a funcionalidade da família na ótica do adolescente.

Apesar de não haver diferenças estatisticamente significativas entre as configurações, as famílias nucleares intactas, que são consideradas pela sociedade como a forma de família mais estável e habitual, apresentam valores mais elevados de coesão e adaptabilidade em comparação às outras formas. Neste seguimento, o estudo de Wagner, Ritt-Olson, Chou e Pokhnel (2010) corrobora os nossos resultados ao defender que a monoparentalidade, está relacionada com níveis de coesão familiar inferiores, comparativamente às famílias nucleares intactas. Também Peek, Bell, Waldren e Sorell (1988) e Pink e Wampler (1985) referem que as famílias reconstituídas com filhos adolescentes têm níveis de coesão inferiores relativamente às famílias nucleares intactas com filhos adolescentes.

As famílias em estudo são do tipo ligadas quanto à coesão, o que permite supor que os laços emocionais criados no interior na família não são fusionais, pelo que a família mostra ter a capacidade de promover o espaço para a individuação, necessário ao crescimento do adolescente e facilitador de uma boa dinâmica familiar. Quanto à adaptabilidade, as famílias também se percebem funcionais (tipo flexível) o que deixa antever boas competências de negociação, aspeto particularmente importante na etapa do ciclo vital família com filhos adolescentes (Relvas & Alarcão, 2002). Estes dados permitem-nos afirmar que as nossas famílias se percebem como tendo um adequado funcionamento familiar.

Segundo Garmezy (1993) e Wyman et al. (1992) os agregados familiares coesos e estáveis parecem desenvolver crianças/ adolescentes mais resilientes. A resiliência é reforçada através do suporte mútuo, colaboração e empenho da família para atravessar, de forma coesa, novos desafios. É um processo que surge das competências individuais, das interações familiares e da comunidade, da ligação e suporte emocional entre os membros da família e entre outros (Walsh, 2003).

Neste contexto, a resiliência associa-se à adaptabilidade da família, vista como crucial num processo de transição familiar como é a mudança de configuração, uma vez que a passagem de família nuclear intacta, por exemplo, a monoparental, a reconstituída ou a alargada, envolve a capacidade de recuperação após grandes transições e/ou crises. No entanto, neste estudo, são as famílias de outras configurações que revelam scores de adaptabilidade inferiores e, portanto, pode pressupor-se uma menor capacidade de

ajustamento, à data da avaliação, perante as adversidades, o que pode comprometer a evolução destas famílias.

Independentemente da configuração familiar ser ou não um preditor de funcionamento familiar, é perceptível a discrepância de scores de coesão e adaptabilidade entre os elementos familiares, sendo que são as mães que percecionam resultados de coesão mais elevados e os adolescentes os scores mais reduzidos. Este resultado parece corroborar vários estudos cujos resultados apontam para discrepâncias de scores de coesão e adaptabilidade entre a díade parental e o filho, como é o caso do estudo de validação da escala FACES II no qual se observam médias de coesão e adaptabilidade dos adolescentes inferiores aos adultos (Olson, 2000). Também estudos operacionalizados por Noller e Callan (1986) e por Ohannessian, Lerner, Lerner e Eye (1995) concluíram que os adolescentes apresentavam níveis mais baixos de coesão e adaptabilidade comparativamente com os seus pais.

Quanto à coesão do adolescente, Baer (2002) afirma que o índice de perceção de coesão familiar diminui durante a adolescência, o que poderá ser interpretado como resultado de pequenas perturbações no sistema familiar que assinalam mudanças do próprio desenvolvimento do adolescente e que pontuam a negociação da sua autonomia e capacidade de diferenciação face à família. No mesmo sentido, Maccoby (2002) refere que os adolescentes mais novos sentem maior suporte e ligação emocional do pai e da mãe. No entanto, na presente investigação não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre géneros e idades em função da perceção de funcionamento familiar e, em particular, na perceção do adolescente. Similarly e King (1989) defendem que a perceção de coesão familiar possa estar relacionada com a maturidade, tanto para os rapazes como para as raparigas, no sentido em que os scores de coesão aumentam com a idade. No nosso estudo este resultado não foi observado.

No que concerne à adaptabilidade flexível percecionada pelos adolescentes participantes, tal aspeto não vai ao encontro dos dados referidos na literatura, uma vez que os valores são superiores, embora não significativos, aos dos pais em ambas as configurações e às mães nas famílias nucleares intactas. Estes dados podem encontrar alguma explicação no processo desenvolvimental da família, ou seja, na etapa do ciclo vital família com filhos adolescentes. Esta etapa é caracterizada por um jogo de movimentos intra e extrasistémicos, onde o adolescente evidencia uma aproximação acentuada aos pares enquanto figuras significativas para o seu processo de socialização e desenvolvimento e, conseqüentemente, desinveste das ligações emocionais/coesão com a família. Da mesma forma, perspectiva-se uma maior abertura e permeabilidade do sistema, mais individuação, socialização e

autonomia que se traduzem em comportamentos e atitudes, que manifestam necessidades de independência e cuidados, o que pode abalar/ pôr à prova a adaptabilidade do sistema (Alarcão, 2002; Costa, 2011; Steinberg & Silk, 2002).

A falta de disponibilidade do adolescente para a ligação emocional/coesão, a existência de conflito, resultantes das necessidade de mudança estrutural do sistema e que são características da fase experienciada, pode justificar a variação de percepção de funcionamento familiar pela ótica do adolescente em função da configuração familiar, sendo que é o adolescente pertencente à família de outra configuração que percebe um funcionamento familiar menos satisfatório, ainda assim, funcional.

Por outro lado, os resultados de coesão do adolescente podem ser percebidos pelos adolescentes apenas por comparação com a ligação existente antes da etapa da adolescência, não fosse a adolescência a etapa mediadora da infância e adultez, que não mantém a ligação emocional e dependência estabelecida até então. Percebe-se que, por exemplo, nas famílias monoparentais a negociação da autonomia possa estar mais dificultada à partida, exigindo assim maior conflito o que poderá implicar, também, maior distância.

É inquestionável que, os filhos das famílias de outras configurações podem ser confrontados com exigências e esforços acrescidos, quanto mais não seja por comparação com a configuração familiar dominante. Assim, o autoconceito (avaliado pela PHSCS-2) pareceu variar em função da configuração familiar, pelo que são os adolescentes de famílias nucleares intactas que representam níveis superiores de autoconceito, comparativamente com adolescentes pertencentes a famílias de outra configuração. Sendo o autoconceito uma dimensão construída em todas as variantes da vida do adolescente, é no interior da família que esta construção também acontece de forma intensa e, por isso, hipotiza-se que tenham influência todos os acontecimentos, características e dinâmicas familiares vivenciadas pelo adolescente na formação do seu autoconceito (Peixoto, 2004).

Ofra (1993) ressalva que as maiores dificuldades implicadas na mudança de conjugalidade dos pais podem ocorrer perante uma fase desenvolvimental importante como é a entrada dos filhos para escola e/ou início da adolescência. Destas dificuldades podem surgir sintomas depressivos, ansiedade, decréscimo de bem-estar e desempenho escolar, aumento de stress, problemas comportamentais e níveis diminutos de autoestima (Hetherington, 2003; Nunes-Costa, Lamela & Figueiredo, 2009), aspecto que se pode observar no nosso estudo, apesar de não ser conhecido o tempo/momento de ocorrência da transição.

Os resultados alcançados vão ao encontro de expectativas iniciais face à prévia revisão de literatura que detém um consenso considerável de que crianças e adolescentes pertencentes

a outras configurações familiares têm um autoconceito mais baixo, comparativamente a adolescentes de famílias nucleares intactas (Hetherington, 2003). Esta ideia vai ao encontro do estudo de Fomby e Sennott (2013) que afirmam que os adolescentes com transições familiares simultâneas, e aqui estão incluídas as mudanças de configuração familiar, estão propensos a apresentar um autoestima menor, comparativamente com adolescentes que vivenciam poucas transições significativas ou transições mais espaçadas no tempo. Outro estudo recente, de Raposo, Figueiredo, Lamela, Nunes-Costa, Castro e Prego (2011), também defende que a estrutura doméstica não tradicional tem impacto negativo no autoconceito e o ajustamento psicológico. Também Hetherington (1999), afirma que os descendentes de famílias divorciadas e reconstituídas tendem a demonstrar, entre muitos outros fatores, mais baixa autoestima.

Por outro lado Philips (2012), Costa (2011) e Cooper, Holman e Braithwaite (1983) concluíram que a autoestima não se relaciona com a configuração familiar, o que terá de nos obrigar a equacionar que os resultados obtidos podem estar relacionados com outros factores contextuais do adolescente, como por exemplo a escola, os amigos e outras relações, e não serem explicados maioritariamente pela transição de estrutura familiar. No mesmo seguimento, refere-se Johnson e Hutchinson (1989) identificam o conflito familiar como causa de índices de baixa autoestima e aumento de ansiedade, mais do que qualquer composição familiar.

O referido ponto complementa, inevitavelmente, a análise do último resultado - a relação entre a percepção de funcionamento familiar e o autoconceito do filho adolescente - que nos indica a presença de correlações estatisticamente significativas entre a coesão e adaptabilidade com os índices de autoconceito. A análise das correlações sugere que quanto mais elevados forem os scores de coesão e adaptabilidade percebida e portanto, mais equilibrada/ funcional a família se perceber, mais significativo é o autoconceito do filho adolescente. Os estudos de Kawash e Kozeluk (1990) concluíram que a par com o aumento da média de coesão é observado, da mesma forma, um aumento de índice de autoestima, enquanto esta varia de forma curvilínea com o aumento de percepção de adaptabilidade. No mesmo seguimento, também Montemayor, Adams e Gullota (1994) verificou a evidência de relação entre a dimensão funcionamento familiar e autoconceito.

Neste contexto, Oguztürk et al. (2012) apresentam a hipótese explicativa de que as dificuldades vividas pelos adolescentes, que surgem em parte pelo seu mundo interno e ambiente social e familiar, fomentam dificuldades no seu ajustamento incluindo o autoconceito.

Conclusões

Com este estudo conclui-se que a configuração familiar não parece predizer o seu funcionamento. O autoconceito do filho adolescente parece variar em função da configuração familiar em que está inserido. O funcionamento familiar e o autoconceito do filho adolescente parecem influenciar-se mutuamente.

Fazendo referência às implicações clínicas a retirar desta investigação, considera-se que devem promover-se intervenções com vista à promoção da resiliência individual e familiar. Considera-se ainda pertinente que as famílias que mostram sinais de desajuste ou dificuldades na adaptação às transições estruturais possam ser auxiliadas na gestão das dificuldades e desafios com que se deparam.

Como limitações do estudo apontamos a não participação de todos os elementos que compõem a família. Também o facto de a aplicação não ter sido presencial, pode ter criado algum comprometimento nas respostas. Ainda se considera a ausência de informação sobre a data da ocorrência da transição familiar e informação sobre se a família atual já teve outra configuração.

A título de sugestão, seria interessante incluir em estudos neste âmbito uma análise da existência de situações de instabilidade económica e social (exemplo imigrações) que possam ter impacto na estrutura e funcionamento do agregado familiar. Também seria interessante analisar o autoconceito e o sentido de competência, desta vez no subsistema parental das diferentes configurações familiares.

Referências bibliográficas

- Aboim, S. (2006). *Conjugalidades em mudança: percursos, orientações e dinâmicas da vida a dois*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Alarcão, M. (2002). *(Des)Equilíbrios Familiares – uma visão sistémica* (2ªed.). Coimbra: Quarteto.
- Alarcão, M., & Gaspar, M. F. (2007). Imprevisibilidade familiar e as suas implicações no desenvolvimento individual e familiar. *Paidéia*, 17(36), 89-102.
- Andolfi, M. (2002). *A crise do casal: uma perspectiva sistémico-relacional*. Porto Alegre: Artmed.
- Baer, J. (2002). Is Family Cohesion a Risk or Protective Factor During Adolescent Development? *Journal of Marriage and Family*, 64, 668–675
- Barber, B., & Buehler, C. (1996). Family cohesion and enmeshment: different constructs, different effects. *Journal of marriage and family*, 58(2), 433-441.
- Barker, P. (2000). *Fundamentos da terapia familiar*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Base de dados de Portugal Contemporâneo – PORDATA. (2014). *Agregados domésticos privados: total e por tipo de composição – Portugal*. Acedido a 2, setembro, 2014, em <http://www.pordata.pt/Portugal/Agregados+domesticos+privados+total+e+por+tipo+de+composicao-19>.
- Cooper, J., Holman, J., & Braithwaite, V. (1983). Self-Esteem and family cohesion: the child's perspective and adjustment. *Journal of Marriage and Family*, 45(1).
- Costa, S. (2011). *Qualidade de ligação aos pares em adolescentes: autoestima e coping em institucionalização e famílias tradicionais*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade de Trás-os-montes e Alto-Douro.
- Dekovic, M., & Meeus, W. (1997). Peer relations in adolescence: effects of parenting and adolescents self-concept. *Journal of adolescence*, 20, 163-176.
- Fleming, M. (2005). *Entre o medo e o desejo de crescer – psicologia da adolescência*. Porto: Edições Afrontamento.
- Fomby P., & Sennott, C. A. (2013). Family structure instability and mobility: The consequences for adolescents' problem behavior. *Social Science Research*, 42, 186–201.
- Garnezy, N. (1993). Children in poverty: Resilience despite risk. *Psychiatry* 56, 127-136.
- Gimeno, A. (2001). *A família: o desafio à diversidade*. Bobadela: Instituto Piaget.
- Grammer, C., & Cabié, M. C. (1999). *Adolescência e crise familiar*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Grossman, M., & Rowat, K. (1995). Parental relationship, coping strategies, received support and well-being in adolescents of separated or divorce and married parents. *Research in Nursing & Health*, 18, 249-261.
- Guerreiro, M., Torres, A., & Lobo, C. (2007). *Portugal no contexto europeu: Quotidiano e Qualidade de vida*. Lisboa: Celta Editora
- Harvey, M., & Byrd, M. (1998). The relationships between perceptions of self-esteem, patterns of familial attachment, and family environment during early and late phases of adolescence. *International Journal of Adolescence and Youth*, 7(2), 93-111.
- Hetherington, E. M. (1999). *Coping with divorce, single parenting, and remarriage: a risk and resiliency perspective* (1ªed.). Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates.
- Hetherington, E. M. (2003). Social Support and the Adjustment of Children in Divorced and Remarried Families. *Childhood*, 10(2), 217-236.

- Houlberg, B. J., Henry, C. S., & Morris, A. S. (2012). Family Interactions, Exposure to Violence, and Emotion Regulation: Perceptions of Children and Early Adolescents at Risk. *Family Relations*, 61(2), 283–296.
- Johnson, M., & Hutchinson, R. L. (1989). The effects of family structure on children's self-concepts. *Journal of Divorce*, 12, 129-138.
- Kashahu, L., & Karaj, T. (2012). The Impact of Family Functioning and of Some Other Aspects of Parental Involvement in Education, in Adolescents' Academic Achievements. *Journal of Educational and Social Research*, 2(6).
- Kashani, J., Allan, W., Dahlmeier, J., Rezvani, M., & Reid, J. (1995). An examination of family functioning utilizing the circumplex model in psychiatrically hospitalized children with depression. *Journal of Affective Disorders*, 35(1), 65-73.
- Kawash, G., & Kozeluk, L. (1990). Self-esteem in early adolescence as a function of position within Olson's circumplex model of marital and family systems. *Social Behavior and Personality*, 18(2), 189-196.
- Kellam, S. G., Ensminger, M. E., & Turner, R. J. (1997). Family structure and the mental health of children. *Arch Gen Psychiatry*, 34(9).
- Kleinman, P., Kang, S., Todd, T., Kemp, J. & Lipton, D. (1991). Familial and Individual Functioning in a Sample of Adult Cocaine Abusers. *Journal of Drug Issues*, 21(3).
- Kouneski, E., F. (2000). *The family circumplex model, faces II, and faces III: overview of research and applications*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade do Minnesota.
- Langekamp, A., & Frisco, M. (2008). Family Transitions and Adolescent Severe Emotional Distress: The Salience of Family Context. *Social Problems*, 55(2), 238–253
- Leuschner, A. (2000). *A vinculação, o auto-conceito e a importância atribuída à família: estudo em jovens adultos residentes no meio citadino e rural do litoral e do interior do país*. Tese de mestrado não publicada, Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra.
- Maccoby, E. (2000). Parenting and its effects on children: on reading and misreading behavior genetics. *Annual Review of Psychology*, 51, 1-27.
- Marôco, J. (2011). *Análise estatística – com o SPSS Statistics* (5ªed.). Pero Pinheiro: ReportNumber.
- McGoldrick, M., & Carter, B. (2001). *As mudanças no ciclo vital da família: uma estrutura para a terapia familiar* (2ª ed.). Porto Alegre: Artmed.
- McKeown, R., E., Garrison, C., Z., Jackson, K., L., Cuffe, S. P., . Addy, C., L., & Waller, J., L. (1997). Family Structure and Cohesion, and Depressive Symptoms in Adolescents. *Journal of Research on Adolescence*, 7(3).
- McKinney, C., & Renk, K. (2011). A multivariate model of parent-adolescent relationship variables in early adolescence. *Child Psychiatry & Human Development*, 42(4), 442-462
- McLanahan, S., & Osborne, C. (2007). *Journal of Marriage and Family* 69, 1065–1083.
- Minuchin, S. (1982). *Famílias: Funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artmed.
- Montemayor, R., Adams, G. R., & Gullotta, T. P. (1994). *Personal relationships during adolescence*. California: Sage Publications.
- Mota, C. P., & Matos, P. M. (2009). Apego, Conflito e Auto-estima em adolescentes de famílias intactas e divorciadas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(3), 344-352.
- Nichols, M. P. (2012). *Family therapy: Concepts and methods* (10ªed.). Estados Unidos: Pearson.
- Noller, P., & Callan, V. (1986). Adolescent and parent perceptions of family cohesion and adaptability. *Journal Adolescence*, 9(1), 97-106.
- Nunes-Costa, R., Lamela, D., & Figueiredo, B. (2009). Psychosocial adjustment and physical health in children of divorce", *Jornal de Pediatria*, 85(5), 385 - 396.

- Ohannessian, C., Lerner, R., Lerner, J., & Eye, A. (1995). Discrepancies in Adolescents' and Parents' Perceptions of Family Functioning and Adolescent Emotional Adjustment. *The Journal of Early Adolescence*, 15(4), 490-516.
- Oliveira, D., Siqueira, A., Aglio, D., & Lopes, R. (2008). Impacto das configurações familiares no desenvolvimento das crianças e adolescentes: Uma revisão da produção científica. *Interação em Psicologia*, 12(1), 87-98.
- Olson, D. H. (2000). Circumplex Model of Marital and Family Systems. *Journal of Family Therapy*, 22, 144-167.
- Olson, D. H. (1992). *Family Inventories Manual*. Minneapolis: Life Innovations.
- Oguztürk, O., Bülbül, H., Özen, N. E., Ekici, M., Örnek, K., Ünlu, E. e Yüksel, S. (2012). State and trait anxiety levels of adolescents in a changing society, Kirikkale City, Turkey. *Journal of Clinical Psychology in Medical Settings*, 19, 235-241.
- Osório, L. C. (2002). *Casais e famílias: uma visão contemporânea*. Porto Alegre: Artmed.
- Papalia, D. E., Olds, S. W. & Feldman, R. D. (2001). *O Mundo da criança*. Lisboa: McGraw Hill.
- Peek, C., Bell, N., Waldren, T., & Sorell, G. (1988). Patterns of Functioning in Families of Remarried and First-Married Couples. *Journal of Marriage and Family*, 50(3) 699-708.
- Pedroso, R. C. (2001). *A auto-estima na grávida adolescente*. Dissertação de Mestrado não publicada, Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra.
- Peixoto, F. (2004). Qualidade das relações familiares, auto-estima, autoconceito e rendimento académico. *Análise Psicológica*, 1(22), 235-244.
- Phillips, T. M. (2012). The Influence of Family Structure Vs. Family Climate on Adolescent Well-Being. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 29, 103–110.
- Pink, E. T., & Wampler, K. S. (1985). Problem Areas in Stepfamilies: Cohesion, Adaptability, and the Stepfather-Adolescent Relationship. *Family Relations*, 34(3), 327-335.
- Pinto, W., & Chalhub, A. (2005). *Família e contemporaneidade: o exercício da função parental na família recomposta*. Acedido em 8, agosto, 2014, em <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0221.pdf>.
- Priosle, A., Cruz, D., & Narciso, I. (2010). Circularidade Relacional: padrões de funcionalidade familiar percebidos e o ajustamento psicológico em adolescentes. *Psicologica*, 52(1), 447-467.
- Relvas, A. P. (1996). *O ciclo vital da família: perspectiva sistémica*. Lisboa: Edições Afrontamento.
- Relvas, A. P. (2000). *Por detrás do espelho: da teoria à terapia com a família*. Coimbra: Quarteto.
- Relvas, A. P., & Alarcão, M. (2002). *Novas formas de família*. Coimbra: Quarteto.
- Raposo, H. S., Figueiredo, B. F., Lamela, D. J., Costa, R. A., Castro, M. C., & Prego, J. (2011). Ajustamento da criança à separação ou divórcio dos pais. *Revista Psicologia Clínica*, 38(1), 29-33.
- Sampaio, D., & Gameiro, J. (1992). *Terapia familiar* (2ªed.). Porto: Edições Afrontamento.
- Serra, A. V. (1988). O auto-conceito. *Análise Psicológica*, 2(6), 101-110.
- Smart, L., Chibucos, T., & Didier, L. (1990). Adolescent Substance Use and Perceived Family Functioning. *Journal of Family Issues*, 11(2), 208-227.
- Smets, A. & Hartup, W. (1988). Systems and Symptoms: family cohesion/ adaptability and childhood behavior problems. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 16(2).
- Sousa, J. E. (2006). As famílias como projetos de vida: O desenvolvimento de competências resilientes na conjugalidade e parentalidade. *Saber (e) Educar*, 11, 41-47.
- Steinberg, L. (2000). The Family at Adolescence: Transition and Transformation. *Journal of adolescent health*, 27.
- Steinberg, L., & Silk, J. (2002). *Parenting Adolescents*. Em M. H. Bornstein (Eds.), *Handbook of parenting: Children and parenting* (pp. 189-225). Lawrence Erlbaum Associates.

- Stuart, J., & Jose, P. (2012). The influence of discrepancies between adolescent and parent ratings of family dynamics on the well-being of adolescents. *Journal of Family Psychology*, 26(6), 858-868.
- Turunen, J. (2013). Family Structure, Gender, and Adolescent Emotional Well-Being. *Journal of Divorce & Remarriage*, 54(6), 476-504.
- Van Cutsem, C. (2001). *As famílias recompostas: entre o desafio e a incerteza*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Vicente, H. M. (2010). *Família multigeracional e relações intergeracionais: perspectiva sistémica*. Dissertação de Doutoramento não publicada, Universidade de Aveiro.
- Veiga, F. H. (2006). *Uma nova versão da escala de autoconceito Piers-Harris Children's Self-Concept Scales*. *Psicologia e Educação*, V(1).
- Wagner, A. (2011). *Desafios psicossociais da família contemporânea: pesquisas e reflexões*. Porto Alegre: Artmed.
- Wagner, K. D., Ritt-Olson, A., Chou, C., & Pokhnel, P.(2010). Associations between family structure, family functioning, and substance use among Hispanic/Latino adolescents. *Psychology of Addictive Behaviors*, 24(1), 98-108.
- Walsh, F. (2003). Family resilience: A framework for clinical practice. *FamilyProcess*, 42(1) 1-18.
- Williams, F. (2010). *Repensar as famílias*. Cascais: Príncipeia.
- Wyman, P. A., Cowen, E. L., Work, W. C., Raoff, A., Gribble, P. A., Parker, G. R., &Wannon, M. (1992). Interviews with children who experienced major life stress: Family and child attributes that predict resilient outcomes. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry* 31, 904-910.